



SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO - SRHS  
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA  
CNPJ - 09.769.035/0001-64 - NIRE. 26300040271  
www.compesa.com.br



## RELATÓRIO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade, disposto na Lei 13.303/2026, art. 8º, IX, apresenta as principais estratégias da empresa no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e os principais resultados deste ano, incluindo temas como governança, comercial, econômico-financeiro, gestão de pessoas e investimentos.

A Companhia atua no setor de saneamento básico, fornecendo serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto no estado de Pernambuco. O ano de 2024 apresentou um cenário complexo para a Compesa, marcado pela elevação dos preços dos materiais em decorrência da inflação e das intempéries do mercado, ressalta-se ainda a não ocorrência do reajuste tarifário e a necessidade de investimentos para melhoria na prestação dos serviços para a sociedade pernambucana. Mesmo assim, a Companhia alcançou um lucro de R\$ 142,17 milhões (resultado de 2023: R\$ 90,71 milhões), o qual configura um incremento de 56,73% em relação ao exercício anterior.

O aumento da receita operacional líquida é proveniente da prestação de serviço de abastecimento de água, R\$ 1,910 bilhão (74,41%) e serviço de esgotamento sanitário de R\$ 656 milhões (25,59%). O crescimento da receita foi resultado do aumento de novas ligações, implantação de novas redes e crescimento dos volumes de faturamento, além da melhoria dos processos de faturamento.

Em relação ao desempenho operacional, durante o exercício de 2024, a Companhia expandiu sua rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto, atendendo a 6,4 milhões de pessoas com abastecimento de água e 1,8 milhão com coleta e tratamento de esgoto. Em 2024, foram realizadas iniciativas estratégicas, visando à melhoria da eficiência operacional. As ações foram direcionadas para o aprimoramento da infraestrutura de automação, telemetria, comunicação e sistemas de informação, garantindo maior confiabilidade operacional, suporte ao combate às perdas, melhor desempenho das operações da Companhia e consequente melhoria do abastecimento. Além disso, também se destacam os seguintes resultados:

- Tempo médio de atendimento: em 2024, a Compesa atingiu um tempo médio de abastecimento de 15,7 dias por mês
- Global Service - novo modelo contratual que traz como diferencial a modalidade por desempenho. Em 2024, foram realizados 69.360 serviços, destacando-se: 30.998 vazamentos e 26.815 recomposições de calçada e pavimento.

No aspecto econômico-financeiro, importantes resultados marcaram o ano de 2024:

- Receita líquida: R\$ 2,452 bilhões
- EBITDA: R\$ 345 milhões
- Margem EBITDA: 14,07%
- Lucro líquido: R\$ 142,17 milhões
- Dívida líquida / EBITDA: 1,61

Dos valores investidos em 2024, R\$ 219,4 milhões foram aplicados para a melhoria e expansão dos serviços de água, R\$ 196,7 milhões em esgotamento sanitário, incluindo a execução do Programa Cidade Saneada e R\$ 53,7 mil em ações institucionais (socioambiental, inovação, tecnologia e comercial). Esse desempenho consolida a base para o planejamento dos próximos 5 anos (2025-2029), que prevê investimentos robustos, já no primeiro ano com meta de investir R\$ 1,5 bilhão.

Ao longo do ano, a Companhia investiu em projetos estratégicos voltados para a expansão da infraestrutura, sustentabilidade e inovação. Entre os principais investimentos, destacam-se:

- Nos últimos cinco anos, investiu mais de R\$ 4 bilhões, em conjunto com o Programa Cidade Saneada.
- Adutora do Agreste: valor total estimado da 1ª etapa é de R\$ 2 bilhões e conta com recursos dos Governos Federal e Estadual. A conclusão desta etapa está prevista para 2026, quando o sistema passará a produzir 2.000 L/s para beneficiar 1,3 milhão de pessoas de 23 municípios.
- Adutora do Alto Capibaribe: ao final do ano de 2024, foram entregues os trechos para abastecimento de Santa Cruz do Capibaribe e Jataúba, além de Barra de São Miguel na Paraíba, beneficiando 110 mil pessoas.
- Retrofit do Sistema Botafogo para ampliação da produção do Sistema Adutor Arataca II - Abreu e Lima, Igarassu, Olinda e Paulista. O valor total do investimento é de R\$ 55 milhões.
- Ampliação da produção e melhoria do abastecimento do município de Camaragibe: investimentos de R\$ 28 milhões, melhorando a distribuição para cerca de 159 mil pessoas.
- Retrofit dos Sistemas Pirapama e Gurjáú: investimento de R\$ 29 milhões e beneficiará 3,5 milhões de pessoas - melhoria do abastecimento Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Recife.
- Programa de Perfuração e Reativação de Poços da Região Metropolitana do Recife, contemplando Igarassu, Olinda, Paulista e Recife, melhorando o abastecimento para 450 mil pessoas, com um incremento de 600 L/s.
- Melhoria e Ampliação do SAA Arcoverde: o objetivo é tirar a cidade de Arcoverde do rodízio, ofertando água diariamente para 70 mil pessoas. O valor do investimento é de R\$ 20,4 milhões.
- SES Cabanga - 2ª Etapa Útil: expansão e melhoria dos serviços de esgotamento sanitário para 47 mil pessoas. Valor total do investimento R\$ 52 milhões.
- Ampliação da ETE 41.02 da 1ª Etapa Útil do SES São Lourenço da Mata: O valor total do investimento é de R\$ 5,8 milhões com recursos da Parceria Pública Privada.

A Companhia manteve seu compromisso com a sustentabilidade, implementando iniciativas como:

- Programas de redução de perdas de água: em 2024, foram realizadas diversas ações para combater as perdas de água na Compesa, como o início do Global Service Operacional da Região Metropolitana do Recife, a segunda fase da Performance Integrada da GNM Centro e o desenvolvimento da modelagem de contrato de redução de perdas para áreas subnormais. Além da distribuição, a Compesa está implantando um programa corporativo para gestão de perdas no processo produtivo, da captação de água até a ETA.

- Adoção de práticas ambientais sustentáveis: a Compesa vem realizando um trabalho de conscientização ambiental junto à população pernambucana, o qual envolveu, apenas no ano de 2024 mais de 15.000 pessoas de diversas idades e regiões do estado, em atividades presenciais.

- Projetos de educação ambiental para a comunidade: Compesa na Estrada (público visitante: 5.349) / Museu Universo Compesa (6.320 visitantes).

No âmbito da governança corporativa, destaca-se o rigoroso cumprimento da legislação e a adoção de mecanismos eficazes que orientam, dirigem e controlam as atividades da organização, garantindo a confiabilidade dos stakeholders e impulsionam o crescimento econômico e sustentável da Companhia.

Para o próximo exercício, a Companhia pretende expandir a infraestrutura de saneamento, para isso, estão planejados para os próximos anos investimentos de R\$ 9,8 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões contemplados no Programa Águas de Pernambuco e R\$ 6,9 bilhões a serem investidos por meio do Programa Cidade Saneada, Parceria Pública Privada para implantação e operação dos sistemas de esgotamento sanitário da RMR mais o município de Goiana.

A Companhia busca investir em tecnologia e eficiência operacional. Com o foco na produção, a Companhia prevê o desenvolvimento de diversos outros sistemas para gestão dos seguintes processos: Pontos de Entrega de Água Tratada; Reservação da Macrodistribuição; Desempenho dos Serviços de Produção de Água; Mananciais; Combate às Perdas na Produção; Qualidade na Produção; Energia na Produção; Eficiência na Produção; Manutenção na Produção.

Ainda como estratégia, o Governo de Pernambuco, buscando fortalecer a prestação dos serviços de saneamento no Estado e permitir o aumento de recursos investidos pelo setor privado, está implementando o projeto de concessão parcial dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, direcionando para a Compesa um foco voltado para a etapa de produção de água e serviços de esgotamento sanitário na RMR mais o município de Goiana, enquanto o privado ficará responsável pelos serviços relacionados à distribuição de água no Estado e à coleta e tratamento de esgotamento sanitário do interior.

Em atendimento à Lei das Estatais - Lei Federal nº 13.303/2016, o Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade 2025 está acessível nos canais de comunicação da empresa, disponíveis para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compesa.com.br/governanca>.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 04 de abril de 2025.

**BDO**

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 PE 001269/F-8

Leonardo da Silva Vilar Gomes  
Contador CRC 1 PE 021026/O-6

Continua →

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	254.905	248.579
Contas a receber de clientes	6	850.878	898.877
Estoques	7	14.282	10.337
Ativo fiscal corrente	8	46.088	61.412
Convênios e outros investimentos	9	30.270	35.015
Outros créditos a receber	10	1.548	2.697
Despesas antecipadas		3.063	98
Total do ativo circulante		1.201.034	1.257.015
<b>Não circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de clientes	6	20.875	23.335
Ativo fiscal diferido	8	24.183	24.183
Convênios e outros investimentos	9	147.920	147.573
Depósitos judiciais	22	78.891	89.569
Ativo de Contratos	11	304.889	278.815
		576.758	563.475
Imobilizado	12	159.994	157.427
Intangível	13	9.793.825	9.446.083
Total do ativo não circulante		10.530.577	10.166.985
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.731.611</b>	<b>11.424.000</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Arrendamento Mercantil	15	18.972	22.343
Empréstimos e financiamentos	16.a	377.043	168.455
Fornecedores	17	168.913	226.297
Depósitos e retenções contratuais		411	454
Passivo fiscal - corrente	18	38.749	38.228
Passivo fiscal - diferido	18	2.568	7.649
Consignações a recolher		5.345	5.892
Salários e encargos sociais a pagar	19	44.441	50.974
Juros sobre capital próprio a pagar	24	29.168	20.047
Outras contas a pagar	20	112.160	74.674
Total do passivo circulante		797.770	615.013
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento Mercantil	15	3.613	1.618
Empréstimos e financiamentos	16.a	435.083	545.081
Provisões e passivos contingentes	22	130.001	98.949
Passivo fiscal - corrente	18	234	298
Passivo fiscal - diferido	18	-	67.946
Outras contas a pagar	20	102.577	102.204
PPP - Esgotamento Sanitário RMR/Goiana	21	1.627.573	1.598.656
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	24	180.274	160.472
Benefício a empregados	23	339.432	329.869
Total do passivo não circulante		2.818.787	2.905.093
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.616.557</b>	<b>3.520.106</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	25.a	7.761.434	7.472.434
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.b	92.466	231.707
Ajustes de avaliação patrimonial		(48.628)	(54.085)
Reservas de Lucros		309.782	253.838
Total do patrimônio líquido		8.115.054	7.903.894
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.731.611</b>	<b>11.424.000</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>142.169</b>	<b>90.709</b>
<b>Resultados abrangentes</b>		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	19.524	(42.877)
Varição líquida do valor justo de investimentos	197	209
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>161.890</b>	<b>48.041</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Receitas</b>		
Água, esgoto e serviços	2.567.000	2.435.633
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(358.545)	(203.668)
Cancelamento	(22.554)	(19.843)
Outros	46.910	(29.174)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais consumidos	(139.038)	(153.034)
Energia	(326.928)	(348.620)
Serviços de terceiros	(747.798)	(725.058)
Outros	(101.780)	(86.795)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>917.267</b>	<b>869.441</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(124.649)	(117.493)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>792.618</b>	<b>751.948</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	80.980	68.422
Aluguéis	1.504	1.026
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>875.102</b>	<b>821.396</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	231.683	237.953
Benefícios	133.112	126.770
FGTS	31.333	16.838
<b>Tributos</b>	<b>199.635</b>	<b>188.841</b>
Federais	185.586	175.096
Estaduais	12.290	12.126
Municipais	1.759	1.619
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>137.170</b>	<b>160.285</b>
Juros	136.334	159.448
Aluguéis	836	837
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>142.169</b>	<b>90.709</b>
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP	28.932	19.810
Resultados retidos	113.237	70.899
<b>Total distribuído</b>	<b>875.102</b>	<b>821.396</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>142.169</b>	<b>90.709</b>
Ajustes por:		
Depreciação	26.859	25.388
Amortização	97.790	92.105
Varição despesas financeiras	-	85.962
Perdas por crédito não liquidado	358.545	203.668
Ajuste a valor presente	(491)	574
Ajuste imobilizado e intangível	587	566
Juros sobre arrendamento e outros	3.475	-
Receitas e despesas de aplicações	-	944
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	31.323	30.413
Ganhos e perdas atuariais	15.217	19.347
Ajuste de estoque	618	1.323
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(163.238)	(150.546)
Tributos Diferidos	(68.011)	11.866
	444.843	412.319
<b>Variações patrimoniais</b>		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(308.086)	(295.539)
Estoques	(1.473)	63.432
Tributos a recuperar e diferidos	15.325	(20.898)
Convênios e outros investimentos	5.749	7.109
Outros créditos a receber	1.149	5.640
Despesa antecipada	(2.965)	-
Depósitos judiciais	10.679	(18.055)
Fornecedores	(57.384)	29.110
Depósitos e retenções contratuais	(43)	(182)
Tributos a recolher	(4.560)	9.690
Consignações a recolher	(547)	(706)
Salários e encargos sociais a pagar	(8.082)	(7.134)
PPP e Outras contas a pagar	230.014	41.026
Provisões para contingências	(270)	(266)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>324.349</b>	<b>225.546</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo Imobilizado	(29.524)	(93.185)
Ativo de contratos e Intangível	(474.697)	(247.399)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(504.221)</b>	<b>(340.584)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	368.260	219.600
Amortização de empréstimos e financiamentos	(165.248)	(115.605)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(106.534)	(97.680)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(8)	-
Arrendamento	(2.738)	-
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	92.466	231.707
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>186.198</b>	<b>238.022</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.326</b>	<b>122.984</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	248.579	125.595
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	254.905	248.579
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.326</b>	<b>122.984</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Receita Líquida</b>	26	2.886.188	2.822.432
Custo dos serviços prestados	27	(2.021.333)	(2.000.977)
<b>Lucro bruto</b>		864.855	821.455
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Comerciais	28.a	(425.097)	(276.141)
Administrativas	28.b	(286.393)	(332.356)
Tributárias	28.c	(21.082)	(16.657)
Outras receitas (despesas), líquidas	28.d	88.032	8.454
		(644.540)	(616.700)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>220.315</b>	<b>204.755</b>
Receitas financeiras	29	80.980	68.423
Despesas financeiras	29	(136.334)	(159.448)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	29	<b>(55.354)</b>	<b>(91.025)</b>
<b>Resultado antes do tributo</b>		<b>164.961</b>	<b>113.730</b>
Contribuição social sobre o lucro líquido		(22.792)	(23.021)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>142.169</b>	<b>90.709</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,67	0,45

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

Nota 24	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>								
	6.982.772	445.930	(16.840)	60.979	121.960	43.732	-	7.638.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	231.707	-	-	-	-	-	231.707
Integralização de capital	489.662	(445.930)	-	-	-	(43.732)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial	-	-	209	-	-	-	-	209
Ajuste benefício a empregados	-	-	(37.454)	-	-	-	-	(37.454)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	90.709	90.709
Dividendos mínimos obrigatórios (Juros sobre o capital próprio)	-	-	-	-	-	-	(19.810)	(19.810)
Constituição de reservas	-	-	-	4.536	9.071	57.292	(70.899)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.472.434</b>	<b>231.707</b>	<b>(54.085)</b>	<b>65.515</b>	<b>131.031</b>	<b>57.292</b>	<b>-</b>	<b>7.903.894</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>								
	7.472.434	231.707	(54.085)	65.515	131.031	57.292	-	7.903.894
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	92.466	-	-	-	-	-	92.466
Integralização de capital	289.000	(231.707)	-	-	-	(57.293)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial	-	-	197	-	-	-	-	197
Ajuste benefício a empregados	-	-	5.260	-	-	-	-	5.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	142.169	142.169
Dividendos mínimos obrigatórios (Juros sobre o capital próprio)	-	-	-	-	-	-	(28.932)	(28.932)
Constituição de Reservas	-	-	-	7.108	14.217	91.912	(113.237)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7.761.434</b>	<b>92.466</b>	<b>(48.628)</b>	<b>72.623</b>	<b>145.248</b>	<b>91.911</b>	<b>-</b>	<b>8.115.054</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua →

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

## 1.1 Contexto Operacional

A Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluindo nesses o distrito de Fernando de Noronha.

A prestação de serviços foi regionalizada, através de criação de duas microrregiões: Sertão e RMR – Pajeú. Na microrregião do Sertão, existem 23 concessões operando com contratos com prazo de validade definido até 31 de dezembro 2050 e uma concessão está sendo executada sem contrato (Santa Cruz da Baixa Verde). Na microrregião do RMR – Pajeú, existem 137 concessões operando com contratos com prazo de validade definido até 31 de dezembro 2050 e 12 estão sendo executadas por meio Contrato de Prestação Regionalizada (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, São Vicente Ferrer, Tamandaré).

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculado:

	Quantidade de Contratos	Faturamento 31/12/2024(*)	%
<b>Microrregião Sertão</b>	<b>24</b>	<b>262.634</b>	<b>10,34%</b>
Até 31/12/2050	23	261.252	10,27%
Operado sem contrato	1	1.382	0,05%
<b>Microrregião RMR-Pajeú</b>	<b>149</b>	<b>2.281.813</b>	<b>89,66%</b>
RMR - Até 31/12/2050	14	1.401.217	55,07%
Outros - Até 31/12/2050	123	668.978	26,29%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2033	12	211.618	8,32%
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>2.544.447</b>	<b>100%</b>

(\*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 26).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, refletindo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Essas práticas incluem a legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A autorização para a emissão das Demonstrações Contábeis foi concedida pela Administração da Companhia em 04 de abril de 2025.

## 2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem implementado um planejamento estratégico e ações voltadas para a sustentabilidade de seus negócios, avaliando que possui os recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações. Além disso, a Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa comprometer a continuidade operacional da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em consideração este pressuposto.

## 2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, e os ativos financeiros foram mensurados ao valor justo. Além disso, determinadas classes de ativos e passivos, tanto circulantes quanto não circulantes, foram consideradas de acordo com o que está apresentado nas respectivas notas explicativas.

## 2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os constantes nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Conforme as orientações do Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das demonstrações contábeis da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

As emissões/alterações de normas International Accounting Standards Board (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para os períodos ou exercícios iniciados em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

**Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade:** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;

**Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;

**Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;

**Melhorias anuais nas normas IFRS:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

## 4. GESTÃO DE RISCOS

## 4.1 Gestão do Risco Operacional

A Companhia tem como objeto social principal a prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no Estado de Pernambuco.

A execução dessas atividades requer significativas infraestruturas e instalações operacionais para captação, tratamento e distribuição de água, bem como para coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto sanitário, incluindo a possibilidade de produção de água de reuso.

A continuidade e os resultados operacionais da Companhia estão intrinsecamente ligados à manutenção e termos das concessões municipais para a prestação dos serviços. Historicamente, os contratos mantidos com os municípios apresentavam prazos e condições diversas.

Com a promulgação da Lei Federal nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), estabeleceu-se um novo regime para o setor, exigindo a adequação dos contratos existentes. A referida lei determina, entre outros pontos:

(i) A obrigatoriedade de formalização contratual que inclua metas de universalização, visando garantir o atendimento de 99% da população com água potável e 90% da população com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033.

(ii) O estabelecimento de metas progressivas de redução de perdas na distribuição de água, melhoria da eficiência energética e garantia da qualidade e intermitência dos serviços.

(iii) A regionalização da prestação dos serviços por meio da adesão dos municípios a Microrregiões de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (MRAEs) ou Unidades Regionais de Saneamento Básico (URSBs).

Em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.026/2020, a Compesa procedeu à renegociação e aditamento de seus contratos:

a) Foram firmados termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços com 149 municípios pertencentes à MRAE RMR-Pajeú e 24 municípios da MRAE Sertão. Como parte do processo de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente da adesão à prestação regionalizada e da necessidade de cumprimento das novas metas, o prazo de vigência destes contratos foi estendido até 31 de dezembro de 2050.

b) Em 5 de abril de 2023, com base no Decreto Estadual nº 1.466/2023, a Compesa celebrou contratos de prestação regionalizada com os municípios de Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz da Baixa Verde, São Vicente Ferrer, Tamandaré e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A vigência destes contratos específicos encerra-se em 31 de dezembro de 2033, alinhada ao prazo de universalização estabelecido pelo Novo Marco Legal.

c) A Compesa presta serviços de abastecimento de água no município de Santa Cruz sem formalização contratual nos moldes atuais. A regularização desta prestação dos serviços neste município está pendente de deliberação no âmbito da Microrregião do Sertão.

A Lei nº 14.026/2020, em seu Artigo 42, estabelece que os investimentos realizados pelos prestadores em bens reversíveis (ativos indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços ao término da concessão) constituirão créditos perante o titular do serviço (poder concedente). A efetiva transferência da prestação de serviços a outro operador está condicionada à indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, conforme normas regulamentares e contratuais aplicáveis. Tal dispositivo visa assegurar o ressarcimento dos investimentos realizados pela Companhia, mesmo em cenários de término ou alteração da titularidade da concessão. A Administração avalia continuamente os saldos e a recuperabilidade desses ativos.

## 4.2 Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESAÚDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Parcerias (DMP), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, implantou o procedimento de cobrança por meio de protestos da dívida de cliente em Cartórios e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados.

O risco de não realização dos ativos atuariais com a COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a Compesa, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar esse risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como do patrocinadora do Plano (Compesa).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	254.905	248.579
Contas a receber de clientes	871.753	922.212
Créditos de convênios e outros investimentos	178.190	182.588
Outros créditos a receber	1.548	2.697
	<b>1.306.396</b>	<b>1.356.076</b>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2024	31/12/2023
Não vencidos	730.929	729.136
Vencidos de 0 a 30 dias	75.151	83.198
Vencidos de 31 a 60 dias	41.603	42.313
Vencidos de 61 a 90 dias	35.057	33.434
Mais de 90 dias	423.656	467.995
	<b>1.306.396</b>	<b>1.356.076</b>

## 4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia eventualmente poderá enfrentar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. Nesse sentido, o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos e investimentos, reduzindo riscos de liquidez.

Além disso, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos Covenants definidos nos contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal e ao consórcio Banco ABC e Banco Votorantim.

A seguir, está a maturidade dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	812.126	713.536
Fornecedores	168.913	226.297
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	2.022.584	1.936.006
Consignações a recolher	5.345	5.892
	<b>3.008.968</b>	<b>2.881.731</b>

\*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivados	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses
Empréstimos e financiamentos bancários	812.126	812.126	110.225	266.165
Fornecedores	168.913	168.913	84.457	84.456
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	2.022.584	2.022.584	323	110.132
Consignações a recolher	5.345	5.345	5.345	-
	<b>3.008.968</b>	<b>3.008.968</b>	<b>200.350</b>	<b>460.753</b>

Passivos financeiros não derivados	1-2 anos	2-5 anos	mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	194.944	197.425	43.367
Fornecedores	-	-	-
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	645	512	1.910.972
Consignações a recolher	-	-	-
	<b>195.589</b>	<b>197.937</b>	<b>1.954.339</b>

## 4.4 Risco de Taxa de Juros

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI+ taxa fixa). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Ativos financeiros	1.306.396	1.356.076
Passivos financeiros	2.196.842	2.168.195
	(a) (890.446)	(812.119)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	236.747	235.177
Passivos financeiros	812.126	713.536
	(b) (575.379)	(478.359)
	<b>(a-b) (315.067)</b>	<b>(333.760)</b>

## 4.4.1 Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos financeiros	1.306.396	1.306.396	1.356.076	1.356.076
Passivos financeiros	2.196.842	2.196.842	2.168.195	2.168.195
	(a) (890.446)	(890.446)	(812.119)	(812.119)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Ativos financeiros	236.747	236.747	235.177	235.177
Passivos financeiros	812.126	812.126	713.536	713.536
	(b) (575.379)	(575.379)	(478.359)	(478.359)
	<b>(a-b) (315.067)</b>	<b>(315.067)</b>	<b>(333.760)</b>	<b>(333.760)</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

## Política Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

## Composição dos valores:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários vinculados	18.780	13.967
Aplicações financeiras	236.125	234.612
	<b>254.905</b>	<b>248.579</b>

Tipo de Aplicação Financeira	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de Investimento	162.372	187.157
CDB	73.753	47.455
	<b>236.125</b>	<b>234.612</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de empréstimos captados para investimento, capital de giro e aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas associações podem ser estabelecidas a partir dos valores dispostos no Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia. A primeira delas diz respeito a relação destes com os Passivos de Curto e Longo e Prazo da Compesa, possibilitando assim o conhecimento sobre o montante da Dívida Líquida da Empresa. Nesse sentido, informa-se que:

Continua →

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos passivos	3.616.557	3.520.106
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(254.905)	(248.579)
Dívida Líquida = (A)	<b>3.361.652</b>	<b>3.271.527</b>
Total do Patrimônio Líquido = (B)	8.115.054	7.903.894
<b>Relação Dívida Líquida sobre PL = (A/B)</b>	<b>0,41</b>	<b>0,41</b>

A dívida líquida da companhia (A) em dezembro de 2024 é de R\$ 3.361.652 (R\$ 3.271.527 em dezembro de 2023). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) corresponde a R\$ 8.115.054 (R\$ 7.903.894 em dezembro de 2023). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,41 ou 41% (0,41 ou 41% em dezembro de 2023). Este índice significa que a dívida líquida da empresa corresponde a 41% do seu patrimônio líquido, o que pode ser considerado um nível moderado de endividamento.

Outra informação que se pode obter provém da relação do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa = (A)	(A) 254.905	248.579
Total do Passivo Circulante = (B)	(B) 797.770	615.013
<b>Indicador de Liquidez Imediata = A/B</b>	<b>(A/B) 0,32</b>	<b>0,40</b>

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em dezembro de 2024 foi de 0,32 (0,40 em dezembro de 2023). Esse índice significa que, em dezembro de 2024, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 32% (40% em dezembro de 2023) de suas obrigações de curto prazo.

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES****Política Contábil:**

**Clientes:** O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

**Perdas por créditos não liquidados:** De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão incorrida é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia não constitui provisão para perdas de valores a receber que estejam judicializados, Contas em Revisão, e nos créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos.

As perdas por créditos não liquidados que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.

**Composição dos valores do Contas a Receber:**

	31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.979.303	-	1.979.303
Perdas por créditos não liquidados	(1.279.002)	-	(1.279.002)
Órgãos públicos	94.513	-	94.513
Outros Créditos (a)	22.819	-	22.819
	<b>817.633</b>	<b>-</b>	<b>817.633</b>
Parcelamentos (b)	28.962	14.949	43.911
Financiamentos (c)	4.283	5.926	10.209
	<b>33.245</b>	<b>20.875</b>	<b>54.120</b>
<b>Total</b>	<b>850.878</b>	<b>20.875</b>	<b>871.753</b>

	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.767.366	-	1.767.366
Perdas por créditos não liquidados	(995.627)	-	(995.627)
Órgãos públicos	86.618	-	86.618
Outros Créditos (a)	7.767	-	7.767
	<b>866.124</b>	<b>-</b>	<b>866.124</b>
Parcelamentos (b)	28.812	16.914	45.726
Financiamentos (c)	3.941	6.421	10.362
	<b>32.753</b>	<b>23.335</b>	<b>56.088</b>
	<b>898.877</b>	<b>23.335</b>	<b>922.212</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>A vencer:</b>		
Faturas de água e esgoto	242.165	239.183
Parcelamentos (b)	43.911	45.727
Financiamentos (c)	10.210	10.362
	<b>296.286</b>	<b>295.272</b>
<b>Vencidas:</b>		
Até 30 dias	75.151	83.198
De 31 a 60 dias	41.603	42.313
De 61 a 90 dias	35.057	33.434
De 91 a 180 dias	94.748	88.172
Mais de 180 dias	328.908	379.823
	<b>575.467</b>	<b>626.940</b>
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>871.753</b>	<b>922.212</b>

a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar para os clientes, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;

b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;

c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

**Composição das restrições contratuais:**

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil I (BB 40)	-	2.100
Banco do Brasil II (BB 18)	-	950
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	13.021
Banco ABC (ABC 82)	5.300	5.300
Banco Votorantim	7.000	7.000
Santander (SANT 220)	25.000	-
IN-14	57.796	55.581
IN-22	818	800
	<b>121.651</b>	<b>97.468</b>

**7. ESTOQUES****Política Contábil:**

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, com data de validade vencida ou se tornarem total ou parcialmente obsoletos. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que tais ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas pelo uso pretendido. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

**Composição dos valores:**

	31/12/2024	31/12/2023
Material de tratamento químico	6.108	4.317
Material de operação e manutenção	7.590	5.573
Outros materiais	584	447
	<b>14.282</b>	<b>10.337</b>

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2024	31/12/2023
Total do Ativo Circulante = (A)	1.201.034	1.257.015
Menos: Total dos Estoques = (B)	(14.282)	(10.337)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	1.186.752	1.246.678
<b>Total do Passivo Circulante = (D)</b>	<b>797.770</b>	<b>615.013</b>
<b>Indicador de Liquidez Seca = C/D</b>	<b>1,49</b>	<b>2,03</b>

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/12/2024 esse valor corresponde a R\$ 1.186.752 (R\$ 1.246.678 em 31/12/2023). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 1,49 em 31/12/2024 (2,03 em 31/12/2023), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a cerca de 50% a mais que os valores das dívidas correntes no mesmo período.

**8. ATIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO****Política Contábil:**

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Os Ativos Fiscais Diferidos correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observando a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

**Composição dos valores:**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a recuperar	5.850	-	5.611	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	27.652	-	37.709	-
COFINS a recuperar	5.697	-	8.690	-
PIS a recuperar	1.530	-	2.203	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	4.547	-	6.387	-
	<b>46.088</b>	<b>-</b>	<b>61.412</b>	<b>-</b>
IRPJ	-	18.983	-	18.983
CSLL diferido (a)	-	5.200	-	5.200
	<b>46.088</b>	<b>24.183</b>	<b>61.412</b>	<b>24.183</b>

a) A companhia detém imunidade tributária recíproca sobre impostos que incidem sobre o Patrimônio e a Renda.

b) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

**9. CONVÊNIOS E OUTROS INVESTIMENTOS****Política Contábil:**

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos comerciais ou de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais.

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subsequentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.

**Composição dos valores:**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>		
Pessoal a disposição outros órgãos	30.270	35.015
	<b>30.270</b>	<b>35.015</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		
<b>Convênios Federais</b>	<b>2.155</b>	<b>2.155</b>
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
<b>Convênios Estaduais</b>	<b>5.873</b>	<b>5.385</b>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	1.070	582
<b>Convênios Municipais</b>	<b>138.673</b>	<b>138.673</b>
Prefeitura do Recife – FMSAN	135.323	135.323
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Outros	63	63
Aplicações financeiras - Garantia banco	<b>622</b>	<b>565</b>
Títulos, valores mobiliários e outros	<b>597</b>	<b>795</b>
	<b>147.920</b>	<b>147.573</b>

**10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER****Política Contábil:**

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, e estão demonstrados pelo custo histórico, conforme demonstrado abaixo:

**Composição dos valores:**

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	487	1.642
Outras	1.061	1.055
	<b>1.548</b>	<b>2.697</b>

**11. ATIVO DE CONTRATOS****Política Contábil:**

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

	31/12/2024				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	166.130	47.007	-	(18.089)	195.048
Obras em andamento material para automação	12.746	-	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	613	1.417	-	(1.170)	860
Estoque de obras de concessão	99.326	7.342	-	(10.433)	96.235
	<b>278.815</b>	<b>55.766</b>	<b>-</b>	<b>(29.692)</b>	<b>304.889</b>

	31/12/2023				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	181.141	49.592	(9)	(64.594)	166.130
Obras em andamento material para automação	12.146	600	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	461	859	-	(707)	613
Estoque de obras de concessão	154.420	-	-	(55.094)	99.326
<b>Total</b>	<b>348.168</b>	<b>51.051</b>	<b>(9)</b>	<b>(120.395)</b>	<b>278.815</b>

**12. IMOBILIZADO****Política Contábil:**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, os juros e demais encargos financeiros relacionados aos financiamentos destes imobilizado e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Continua →

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPEA (CONTINUAÇÃO)****Composição dos valores – Imobilizado**

	31/12/2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	60.601	(27.106)	33.495
Computadores e periféricos	28.728	(21.903)	6.825
Telefonia e comunicação	2.052	(1.713)	339
Equipamentos Eletromecânicos	3.279	(260)	3.019
Ferramentas de manutenção	202	(173)	29
Bens de segurança	147	(138)	9
Eletrodoméstico	1.227	(1.063)	164
Móveis e utensílios	9.659	(6.388)	3.271
Veículos	3.919	(1.113)	2.806
Edificações	89.258	(7.619)	81.639
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	61.784	(39.200)	22.584
Bens sem tombamento	3.449	-	3.449
Outros	113	(1)	112
<b>Total</b>	<b>266.671</b>	<b>(106.677)</b>	<b>159.994</b>

	31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	51.003	(24.171)	26.832
Computadores e periféricos	29.345	(21.021)	8.324
Telefonia e comunicação	2.072	(1.681)	391
Equipamentos Eletromecânicos	3.278	-	3.278
Ferramentas de manutenção	193	(171)	22
Bens de segurança	147	(135)	12
Eletrodoméstico	1.240	(1.030)	210
Móveis e utensílios	9.605	(6.002)	3.603
Veículos	3.790	(1.288)	2.502
Edificações	89.258	(6.428)	82.830
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	79.630	(55.669)	23.961
Bens sem tombamento	3.089	-	3.089
Outros	120	-	120
<b>Total</b>	<b>275.023</b>	<b>(117.596)</b>	<b>157.427</b>

**Composição dos valores – Movimentação Imobilizado**

	31/12/2024				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	51.003	-	(593)	10.191	60.601
Computadores e periféricos	29.345	2	(623)	4	28.728
Telefonia e comunicação	2.072	-	(23)	3	2.052
Equipamentos Eletromecânicos	3.278	-	-	1	3.279
Ferramentas de manutenção	193	2	-	7	202
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.240	-	(13)	-	1.227
Móveis e utensílios	9.605	-	(86)	140	9.659
Veículos	3.790	-	(139)	268	3.919
Edificações	89.258	-	-	-	89.258
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	79.630	22.784	(40.630)	-	61.784
Bens sem tombamento	3.089	-	(18)	378	3.449
Outros	120	-	(7)	-	113
<b>Total</b>	<b>275.023</b>	<b>22.788</b>	<b>(42.132)</b>	<b>10.992</b>	<b>266.671</b>

**Composição dos valores – Movimentação da Depreciação**

	31/12/2024					
	Taxas (a.a.%)	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(24.171)	(3.481)	553	(7)	(27.106)
Computadores e periféricos	20	(21.021)	(1.459)	577	-	(21.903)
Telefonia e comunicação	20	(1.681)	(52)	20	-	(1.713)
Equipamentos Eletromecânicos	20	-	(260)	-	-	(260)
Ferramentas de manutenção	20	(171)	(2)	-	-	(173)
Bens de segurança	20	(135)	(3)	-	-	(138)
Eletrodoméstico	10	(1.030)	(46)	13	-	(1.063)
Móveis e utensílios	10	(6.002)	(436)	50	-	(6.388)
Veículos	10	(1.288)	(311)	434	52	(1.113)
Edificações	2	(6.428)	(1.191)	-	-	(7.619)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(55.669)	(19.311)	35.780	-	(39.200)
Outros		-	(1)	-	-	(1)
<b>Total</b>		<b>(117.596)</b>	<b>(26.553)</b>	<b>37.427</b>	<b>45</b>	<b>(106.677)</b>

**13. INTANGÍVEL****Política Contábil:**

**Contratos de concessão de serviços:** O modelo de concessão celebrado entre Compea e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão,

sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial, incluindo os custos de empréstimo capitalizados. Posteriormente, tais ativos são deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na sua vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

**Contratos de concessões – PPP:** A Compea e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% até 2037. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

**Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:** Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

De janeiro a dezembro de 2024, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 12.490 (R\$ 11.683 de janeiro a dezembro de 2023).

**Outros ativos intangíveis:** Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

**Composição dos valores – Intangível**

	31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.514.313	(1.104.961)	7.409.352
Contratos de concessões - PPP	2.420.549	(76.222)	2.344.327
Direitos de uso de softwares	47.180	(7.034)	40.146
	<b>10.982.042</b>	<b>(1.188.217)</b>	<b>9.793.825</b>

  

	31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.264.179	(1.025.124)	7.239.055
Contratos de concessões - PPP	2.228.393	(59.846)	2.168.547
Direitos de uso de softwares	45.226	(6.745)	38.481
	<b>10.537.798</b>	<b>(1.091.715)</b>	<b>9.446.083</b>

**Composição dos valores – Movimentação Intangível**

	31/12/2024					
	Taxas (a.a.%)	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Contratos de concessões						
Custo		8.264.179	220.834	(501)	29.801	8.514.313
Amortização	2%	(1.025.124)	(80.958)	101	1.020	(1.104.961)
		<b>7.239.055</b>	<b>139.876</b>	<b>(400)</b>	<b>30.821</b>	<b>7.409.352</b>
Contratos de concessões - PPP						
Custo		2.228.393	192.156	-	-	2.420.549
Amortização	2%	(59.846)	(16.376)	-	-	(76.222)
		<b>2.168.547</b>	<b>175.780</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.344.327</b>
Softwares - direitos de uso						
Custo		45.226	1.954	-	-	47.180
Amortização	10%	(6.745)	(289)	-	-	(7.034)
		<b>38.481</b>	<b>1.665</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.146</b>
		<b>9.446.083</b>	<b>317.321</b>	<b>(400)</b>	<b>30.821</b>	<b>9.793.825</b>

**14. ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS****Política Contábil:**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo, ou grupo de ativos (Unidade Geradora de Caixa), não é recuperável. Um ativo, ou grupo de ativos, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo, ou do grupo de ativos, que possa ser razoavelmente estimado.

A avaliação da geração de benefícios econômicos dos ativos imobilizados e intangíveis é realizada pela Companhia por meio do cálculo das projeções dos fluxos de caixa futuro descontados. E diante as premissas utilizadas para o cálculo da recuperabilidade dos ativos revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/12/2024 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2023 e, portanto, não existem perdas por irrecuperabilidade a serem contabilizadas.

**15. ARRENDAMENTO MERCANTIL****Política Contábil:**

**Passivos de Arrendamento:** Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por meio de aplicação de taxa incremental sobre empréstimos contraiados pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante

o prazo do arrendamento.

**Ativos de Arrendamento:** Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

Ativo	31/12/2024					
	Não Circulante			Circulante		
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Contrato Finalizado	Depreciação (-)	Atualização	Saldo Final
Ativo	79.629	22.231	(40.557)	-	482	61.785
Depreciação	(55.668)	-	36.264	(19.796)	-	(39.200)
<b>Total</b>	<b>23.961</b>	<b>22.231</b>	<b>(4.293)</b>	<b>(19.796)</b>	<b>482</b>	<b>22.585</b>

Passivo	31/12/2024						
	Circulante			Não Circulante			
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Término de Contrato	Transfêrência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	23.535	23.791	(4.434)	(2.045)	(20.663)	-	20.184
Juros	(1.192)	(1.560)	141	50	886	463	(1.212)
<b>Total</b>	<b>22.343</b>	<b>22.231</b>	<b>(4.293)</b>	<b>(1.995)</b>	<b>(19.777)</b>	<b>463</b>	<b>18.972</b>

Passivo	31/12/2024						
	Circulante			Não Circulante			
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Término de Contrato	Transfêrência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	1.906	-	-	2.045	-	-	3.951
Juros	(288)	-	-	(50)	-	-	(338)
<b>Total</b>	<b>1.618</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.995</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.613</b>

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****Política Contábil:**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, e as parcelas que ultrapassam 12 meses após a data do balanço são registradas no passivo não circulante.

**a) Composição dos empréstimos e financiamentos:**

	31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	7.000	-	7.000
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	66.194	-	66.194
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	84.904	-	84.904
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	670	16.774	17.444
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (e)	62	1.808	1.870
Banco do Brasil III (BB 50) (g)	2.120	-	2.120
Banco do Brasil IV (BB 100) (h)	25.156	4.167	29.323
Banco do Brasil V (BB 100) (i)	25.137	25.000	50.137
Banco do Brasil VI (BB 250) (j)	63.390	83.333	146.723
Banco ABC (ABC 82) (k)	21.928	45.843	67.771
Banco Votorantim (BV 108) (l)	28.881	60.379	89.260
Banco Santander (SANT 220) (m)	51.343	169.583	220.926
New Development Bank (NDB US202) (n)	258	28.196	28.454
<b>Total</b>	<b>377.043</b>	<b>435.083</b>	<b>812.126</b>

	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	221	6.716	6.937
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	1.996	60.679	62.675
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	2.607	79.266	81.873
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	607	16.784	17.391
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (e)	68	1.871	1.939
Banco do Brasil II (BB 18) (f)	2.672	-	2.672
Banco do Brasil III (BB 50) (g)	12.684	2.114	14.798
Banco do Brasil IV (BB 100) (h)	25.000	29.167	54.167
Banco do Brasil V (BB 100) (i)	25.000	50.000	75.000
Banco do Brasil VI (BB 250) (j)	62.500	145.833	208.333
Banco ABC (ABC 82) (k)	15.375	65.678	81.053
Banco Votorantim (BV 108) (l)	19.725	86.973	106.698
<b>Total</b>	<b>168.455</b>	<b>545.081</b>	<b>713.536</b>

(a) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da Compea. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(b) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravatá/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%.

(d) Contrato de financiamento nº 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Aduitor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 meses; término da carência: 11/12/2021; Desembolso: prazo de 12 meses; amortização: o prazo é de 240, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a.;

(e) Caixa IN22 refere-se Contrato de financiamento nº 0521.445-07, no valor de R\$ 37.000 destinado à implantação da 2ª etapa do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário Pina, Boa Viagem e Imbiribeira para atender a população estimada de cem mil habitantes, na modalidade operacional Esgotamento Sanitário, totalizando um investimento de R\$ 35.150, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.850 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses, desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência, juros: 6% a.a.; Adicionalmente, neste saldo possui o Contrato de financiamento nº 0521.444-93, no valor de R\$ 19.380 destinado à melhoria e implantação do Sistema de Abastecimento de Arcoverde para atender a população estimada de cinquenta mil e trezentos cinquenta e um habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água totalizando um investimento de R\$ 20.400, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.020 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses; desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a.;

(f) Em 21 de junho de 2020, foi emitida Cédula de Crédito Bancário n. 323.400.034 pela Compesa em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 18.000, com vencimento inicial em 22 de julho de 2021 e final em 22 de junho de 2024, totalizando 48 parcelas, comissão flat de 1,5% sobre o crédito concedido e encargos financeiros medidos pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,5% a.a. Destinação do crédito: o valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo impedido de aplicação em investimentos fixos;

(g) Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.037, no valor de R\$ 50.000, vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85% a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;

(h) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.038, emitida em 04/03/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 15/03/2022 (término da carência). Comissão flat 1% sobre crédito concedido na data de liberação. Os encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,97% ao ano. Foi oferecido como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios representados em faturas de prestação de serviços de sua emissão, representativa dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vencíveis a prazo em até 180 dias, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 5.208;

(i) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.044, emitida em 08/12/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 22/01/2023 (término da carência). Tarifa de 1% sobre crédito concedido, sendo: 0,7% de Comissão Flat, e 0,3% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos – consubstanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;

(j) Banco do Brasil VI BB250 – Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.047, emitida em 17/05/2022, no valor total de R\$ 250.000 destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 13/05/2023 (término da carência). Tarifa de 1,49% sobre crédito concedido, sendo: 0,75% de Comissão Flat, e 0,74% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos – consubstanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;

(k) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 12602223 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 82.000 junto ao Banco ABC Brasil. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato;

(l) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 10343926 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 108.000 junto ao Banco Votorantim. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.

(m) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 270006024 emitida em 19 de janeiro de 2024 no valor de R\$ 220.000 junto ao Banco Santander (Brasil). Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa do CDI determinada a uma taxa efetiva de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis; e taxa bonificada de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 60 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.

(n) Refere-se ao contrato de empréstimo 23BR01 entre a Companhia e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no valor de USD 202.000. O empréstimo utilizado será pago em 29 parcelas semestrais iguais, de acordo com o cronograma de amortização. Iniciando em março de 2030 e terminando em março de 2044. Os juros devidos pelo mutuário serão um agregado da taxa de referência para a moeda do empréstimo e o spread. Tanto o encargo de compromisso a ser pago pelo mutuário ao NDB quanto a taxa de *front-end* serão iguais a 0,25% do valor do empréstimo, sendo apuradas e pagas de acordo com a seção das condições gerais do contrato.

**b) Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA:**

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil, Santander e o Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil, estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 3,0.

Neste contexto, abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/12/2024:

<b>Dívida líquida sobre o EBITDA (&lt;=3,00 e 2,5)</b>	<b>31/12/2024</b>
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+ 377.043
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+ 435.083
<b>Passivo</b>	<b>(C) = 812.126</b>
Disponibilidades	+ 254.905
Aplicações financeiras de longo prazo	+ 622
Disponibilidades e Aplicações financeiras	(D) = 255.527
Dívida líquida	(E) = (C-D) = 556.599
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses)	(F) = 345.003
<b>Dívida líquida / EBITDA →</b>	<b>(E/F) 1,61</b>

**c) Índice de EBITDA sobre Serviço da Dívida**

As operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal referentes a IN14 (0502791-07, 0502797-63, 0502798-77, 0502803-42, 0502805-62, 0502812-54, 0502813-

68 e 0502840-91) estão contratualmente vinculados tanto ao índice de dívida líquida sobre EBITDA, onde o mesmo não pode ser maior do que 3,00, quanto ao índice de EBITDA sobre Serviço da Dívida, que por sua vez não pode ser menor ou igual a 1,5.

Em 31/12/2024 o indicador EBITDA sobre Serviço da Dívida foi de 1,27, conforme apresentamos abaixo o demonstrativo com a apuração do índice:

<b>EBITDA sobre Serviço da Dívida (&gt;1,5)</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Amortização	+ 165.248	115.605
Juros Pagos	+ 106.535	97.680
Serviço da Dívida (A)	= 271.783	213.285
EBITDA do Exercício (B)	= 345.003	322.814
<b>EBITDA / Serviço da Dívida → (B/A)</b>	<b>1,27</b>	<b>1,51</b>

Neste contexto, para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26, item 74, a Companhia precedeu com a transferência do montante de empréstimo no valor total de R\$ 152.577 que estava registrado no Passivo não Circulante para o Passivo Circulante.

Em conformidade com as cláusulas contratuais a Companhia realizou consulta ao Banco sobre o referido tema, no qual, a Caixa Econômica Federal informou que não haverá declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento firmados em questão ou qualquer penalidade, em razão do vencimento de procedimentos ou prazos vigentes, até conclusão das análises e deliberação sobre o pleito de waiver nas alçadas decisórias internas da Instituição.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2023</b>
2025	-	166.875
2026	194.290	144.923
2027	124.160	74.719
2028	67.752	158.564
2029	48.881	-
	<b>435.083</b>	<b>545.081</b>

Os encargos financeiros dos financiamentos da IN 14 aplicados na construção de ativos (intangível) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

**17. FORNECEDORES****Política Contábil:**

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os valores que compõem este grupo de contas compreendem às obrigações geradas pelas aquisições de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como aos compromissos decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Fornecedor de energia elétrica	32.517	92.225
Prestadores de serviços (a)	98.730	62.620
Empreiteiros de obras (b)	15.034	26.155
Fornecedores de materiais (c)	7.563	17.031
Outros (d)	15.069	28.266
	<b>168.913</b>	<b>226.297</b>

a) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidromedida, corte e religação;

b) Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;

c) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;

d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

**18. PASSIVO FISCAL****Política contábil:**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

A seguir, apresenta-se a composição dos passivos fiscais:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
	<b>Não Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Tributos próprios</b>		
<b>Corrente:</b>		
COFINS e PIS	7.940	7.885
CSLL	17.698	18.566
Outros tributos a recolher	55	54
Parcelamento - Outros	234	298
	<b>25.693</b>	<b>26.505</b>
<b>Tributos retidos de terceiros</b>		
<b>Corrente:</b>		
IRRF	4.672	4.279
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.552	2.339
ISS	2.667	2.602
INSS	4.157	2.414
Outros tributos a recolher	8	89
	<b>13.056</b>	<b>11.723</b>
<b>Passivo fiscal - corrente</b>	<b>38.749</b>	<b>38.228</b>

<b>Tributos próprios</b>			
<b>Diferido:</b>			
PIS	408	-	1.326
COFINS	2.160	-	6.323
CSLL	-	-	67.946
<b>Passivo fiscal - diferido</b>	<b>2.568</b>	<b>-</b>	<b>7.649</b>
<b>Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido</b>	<b>41.317</b>	<b>234</b>	<b>45.877</b>
			<b>68.244</b>

**19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR****Política contábil:**

Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

**Salário, Remunerações e Benefícios:** Registram os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;

**Férias:** Registra as obrigações referentes a férias, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento mais os encargos incidentes no período aquisitivo;

**Encargos Sociais a Pagar:** Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

**Composição dos valores:**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Provisão para férias	23.312	23.773
Valores a pagar COMPESASAÚDE	6.199	9.637
INSS a recolher	6.201	6.529
Vale Alimentação	3.368	5.568
FGTS a recolher	2.125	2.052
Valores a pagar COMPESAPREV	1.738	1.735
SESI/SENAI a recolher	464	575
Rescisões	383	330
Outros	651	775
	<b>44.441</b>	<b>50.974</b>

**20. OUTRAS CONTAS A PAGAR****Composição dos valores:**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Prefeitura de Petrolina (a)	1.057	512
Convênios Municipais (b)	109.809	-
Convênios CODEVASF (c)	-	101.680
Suape (d)	-	385
Outros	1.294	-
	<b>112.160</b>	<b>102.577</b>
	<b>102.577</b>	<b>74.674</b>
		<b>102.204</b>

(a) Prefeitura de Petrolina: em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 referente custos de recuperação de sistemas indenizados pela Compesa à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 12 parcelas mensais fixas e irredutíveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores restantes estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

(b) Convênios Municipais: valor refere-se à provisão de 6% da arrecadação líquida anual do Município de Recife, conforme termo de atualização do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o Município de Recife, assinado em 21 de dezembro de 2021. Tais recursos serão alocados anualmente à Conta do Tesouro Municipal de Recife e serão destinados, preferencialmente, a custear serviços e investimentos na área de saneamento básico.

(c) CODEVASF: Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução desde julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 101.760. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.

(d) SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros: o saldo correspondente a execução de obras e serviços de engenharia para instalação de 12 (doze) hidrantes ao longo do Complexo Industrial Portuário de Suape, ligados as adutoras, subadutoras e redes de abastecimento água do SSA Suape, no município de Ipojuca – PE. O período de vigência será de 720 (setecentos e vinte) dias e prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias de acordo com o Plano de Trabalho.

**21. PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA (PPP) - ESGOTAMENTO SANITÁRIO RMR/GOIANA**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
	<b>Circulante (Nota 17.a)</b>	<b>Não Circulante (Nota 17.a)</b>
Parceria Público-Privada – PPP	51.735	2.420.549
Recuperação CBOS – PPP	-	(792.976)
	<b>51.735</b>	<b>1.627.573</b>
		<b>4.896</b>
		<b>1.598.656</b>

A Companhia registra no passivo não circulante, os bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da Compesa. (Nota Explicativa 13). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos a BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constantes na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período previsto da concessão (35 anos).

**22. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES****Política contábil:**

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem indícios de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Continua →

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos recursos para a parte adversa e os assessores jurídicos da Companhia entendem que existem indícios de perdas possíveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios, estas são apenas informadas em notas explicativas, não sendo contabilizadas. Isto ocorre porque estas ainda precisam ser confirmadas quanto aos seguintes critérios: (a) não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou (b) não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação no momento do encerramento das Demonstrações Contábeis.

**Composição dos valores:**

	Trabalhista	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>61.335</b>	<b>7.468</b>	<b>68.803</b>
Constituição de provisões	20.632	10.151	30.783
Reversão de provisões	-	(637)	(637)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>81.967</b>	<b>16.982</b>	<b>98.949</b>
Constituição de provisões	27.907	53.774	81.681
Reversão de provisões	(42.462)	(8.167)	(50.629)
<b>Saldo em 30 de dezembro de 2024</b>	<b>67.412</b>	<b>62.589</b>	<b>130.001</b>

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à Compesa, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data de encerramento das Demonstrações Financeiras e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual. O montante contabilizado como provisões passivas foi de R\$ 130.001 (R\$ 98.949 em 31/12/2023). Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 78.891 (R\$ 89.569 em 31/12/2023). O montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 539.595 (R\$ 75.107 em 31/12/2023).

**23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS****Plano de Benefício Definido (BD)**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco) cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nessa Nota Explicativa.

A Companhia é patrocinadora da Fundação Compesa de Previdência e Assistência – COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar em questão é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (Compesa), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da empresa e continuar na condição de participante do Plano.

Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo do benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tomar-se um participante auto patrocinador;
- Tomar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade complementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito os empregados da Compesa enquanto segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS). Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de aposentadoria especial
- Suplementação de pensão
- Suplementação de abono anual

Em 31 de dezembro de 2024, a COMPESAPREV possuía 2.107 participantes ativos (2.118 em 31 de dezembro de 2023); 2.055 aposentados (2.058 em 31 de dezembro de 2023); 896 pensionistas (895 em 31 de dezembro de 2023); 28 participantes com auto patrocínio (29 em 31 de dezembro de 2023) e 13 participantes com benefício proporcional definido (19 em 31 de dezembro de 2023).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

**Contribuições dos participantes**

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- B% (B por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício complementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% / C% / D%, vigentes em 31/12/2024, são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para os participantes ativos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%)

**Contribuição da entidade patrocinadora**

Desde janeiro de 2017, a Patrocinadora COMPESA não realiza mais contribuição complementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de Benefício Definido da CompesaPrev como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência da contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais carregadas recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos e Assistidos do Plano.

**Plano de Contribuição Definida (CD)**

O Plano CD é um plano de previdência complementar em que os benefícios são mensurados em função das contribuições e rentabilidade alcançada nos investimentos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade

de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase em que recebe os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O Plano CD teve sua operacionalização iniciada em 17/03/2021 e suas principais vantagens são a manutenção do padrão de renda após a aposentadoria; o investimento compartilhado com a Compesa; a opção de contribuição flexível; o empréstimo com uma das menores taxas de mercado; o direito de aderir ao Plano de Saúde; e a Dedução no Imposto de Renda.

**Plano de Assistência Médica – COMPESASAÚDE**

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico (denominado COMPESASAÚDE), que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

**Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego**

Em 2024, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ano	(267.312)	(215.158)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	9,19%	11,92%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(24.566)	(25.647)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(10.281)	(8.275)
(+) Benefícios pagos no ano	9.901	13.471
Perda atuarial do exercício	8.590	(31.703)
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>(283.668)</b>	<b>(267.312)</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	11.306	17.690
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	9,19%	11,92%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	1.039	2.109
(+) Contribuição da Patrocinadora	7.008	7.531
(-) Benefícios pagos no exercício	(9.901)	(13.471)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(3.410)	(2.553)
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>6.042</b>	<b>11.306</b>
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Ganho/ (perda) atuarial no exercício	8.590	(31.703)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(3.410)	(2.553)
Apuração do resultado do exercício	5.180	(34.256)
<b>Passivo a reconhecer no exercício</b>	<b>(277.626)</b>	<b>(256.006)</b>

**Pecúlio por Morte e Invalidez**

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados, cujos valores estão dispostos a seguir:

<b>Status de cobertura</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	73.862	71.894
<i>Status de cobertura: (superávit)</i>	61.805	73.863
<b>Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do exercício</b>	<b>61.805</b>	<b>73.863</b>
<b>Custos esperados pós-emprego</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Custo do serviço corrente	3.283	3.913
Custo dos juros	6.553	6.770
<b>Custo esperado estimado para o próximo ano</b>	<b>9.836</b>	<b>10.683</b>

<b>Valor presente das obrigações</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Valor presente das obrigações no início do período	73.862	71.894
Custos dos serviços correntes	3.210	3.913
Juros sobre o valor presente das obrigações	5.981	6.770
(Perdas)/ganhos atuariais	(473)	6.903
Benefícios pagos	(20.775)	(15.617)
<b>Valor presente das obrigações no final do período</b>	<b>61.805</b>	<b>73.863</b>

**Posição do benefício a empregados em dezembro de 2024 e dezembro de 2023:**

<b>Benefícios a empregados</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Valor justo do ativo do plano	(1.082.044)	(1.205.790)
Valor líquido das obrigações	947.837	1.070.768
Plano de Previdência COMPESAPREV	(134.207)	(135.022)
Valor do Ativo/passivo do plano	(134.207)	(135.022)
Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV	(402.621)	(405.066)
Valor presente das obrigações	283.668	267.312
Valor justo dos ativos	(6.042)	(11.306)
Plano de Assistência COMPESASAÚDE	277.626	256.006
Valor presente das obrigações anterior	73.862	71.894
Custos dos serviços correntes	3.210	3.913
Juros sobre as obrigações	5.981	6.770
Perdas e ganhos atuariais	(473)	6.903
Benefícios pagos	(20.775)	(15.617)
Benefício Pós-emprego (PIA)	61.805	73.863
<b>Total</b>	<b>339.431</b>	<b>329.869</b>

**24. PARTES RELACIONADAS****Política contábil:**

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme detalhado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como parte relacionada a Parceria Pública Privada (PPP) celebrada com a empresa BRK Ambiental. A Compesa manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- **Parceria Público-Privada (PPP):** Serviços de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- **Demais operações:** Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;

**Composição dos valores:**

**Parceria Público-Privada (PPP):** O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada (PPP) em benefício da Compesa. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema (COS) incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema (CBOS), durante o período da concessão previsto para 35 anos.

<b>Balanco patrimonial - 31/12/2024</b>		
<b>BRK Ambiental</b>		
<b>Parte relacionada</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>
	(Nota 17)	(Nota 21)
BRK Ambiental	51.735	2.420.549
BRK Ambiental - CBOS	-	(792.976)

<b>Demonstração do Resultado - 31/12/2024</b>		
<b>BRK Ambiental</b>		
Despesa		(421.478)
Receita com serviço de construção	(nota 26)	190.285
Custo com serviço de construção	(nota 27)	(190.285)

**Demais operações:** Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado; aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos.

A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas às partes relacionadas da Compesa:

	<b>Resultado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Controlador</b>		
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	12.384	9.569
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Prefeituras e órgãos municipais	125.727	65.479

	<b>Resultado</b>			
	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>
<b>Estado de Pernambuco e órgãos estaduais</b>				
Contas a receber	12.427	-	9.716	-
Outros (Convênios)	5.384	-	5.384	-
<b>Prefeituras e órgãos municipais</b>				
Contas a receber	126.777	5.902	66.496	6.392
Outros (Convênios)	138.673	-	138.673	-

	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>
	<b>Estado de Pernambuco e órgãos estaduais</b>			
Juros sobre capital próprio	28.932	180.274	19.801	160.472
<b>Prefeituras e órgãos municipais</b>				
Petrolina	1.057	512	1.057	512

→ Continua

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2024	
	Ações nominativas sem valor nominal	
	Ordinárias	
Acionistas	Qty	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	210.666.094	7.757.721
Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
<b>Total</b>	<b>210.666.094</b>	<b>7.757.721</b>

Acionistas	Preferenciais	
	Qty	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	1
Sudene	71.481	3.056
Ad Diper	5.351	229
Pref.Mun.de Olinda	3.436	147
Pref.Mun.de Gravatá	962	41
Codevasf	747	32
Outros(**)	4.845	207
<b>Total</b>	<b>86.828</b>	<b>3.713</b>

Acionistas	Total	
	Qty	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	210.666.100	7.757.722
Sudene	71.481	3.056
Ad Diper	5.351	229
Pref.Mun.de Olinda	3.436	147
Pref.Mun.de Gravatá	962	41
Codevasf	747	32
Outros(**)	4.845	207
<b>Total</b>	<b>210.752.922</b>	<b>7.761.434</b>

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2023	
	Ações nominativas sem valor nominal	
	Ordinárias	
Acionistas	Qty	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	202.971.393	7.468.746
Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
<b>Total</b>	<b>202.971.393</b>	<b>7.468.746</b>

Acionistas	Preferenciais	
	Qty	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	-
Sudene	70.951	3.036
Ad Diper	5.311	227
Pref.Mun.de Olinda	3.411	146
Pref.Mun.de Gravatá	955	41
Codevasf	741	32
Outros(**)	4.809	206
<b>Total</b>	<b>86.184</b>	<b>3.688</b>

(\*) O Estado de Pernambuco, como acionista controlador, detém 100% das ações ordinárias e 99,95% do total de ações. (\*\*) 88 acionistas

## a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Companhia era composto por 190.048.630 ações, representando R\$ 6.982.772 de capital integralizado, sendo 189.962.966 ações ordinárias e 85.664 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em maio de 2023, houve integralização do Capital Social com recurso proveniente de reserva de dividendos adicionais no valor de R\$ 43.732, sendo 1.155.421 ações ordinárias e 520 ações preferenciais.

Em junho de 2023, a Companhia integralizou capital proveniente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 445.930, sendo 11.853.526 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da Companhia é composto por 203.057.577 ações, que totalizam R\$ 7.472.434 de capital integralizado, com 202.971.393 ações ordinárias e 86.184 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em agosto de 2024, houve integralização do Capital Social com recurso proveniente de reserva de dividendos adicionais no valor de R\$ 57.293, sendo 1.515.832 ações ordinárias e 644 ações preferenciais.

Em dezembro de 2024 a Companhia integralizou capital proveniente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 231.707, sendo 6.178.869 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

## b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Movimentação AFAC	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial de adiantamento	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.426	12.121
Adiantamento no período/exercício	92.466	231.707
Quantidade de ações	2.458	6.159
Incorporação ao capital social	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.159	11.854
Saldo final de adiantamentos	92.466	231.707
Quantidade de ações	2.725	6.426

Até 31/12/2024, foi recebido AFAC do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 92.466 (R\$ 231.707 em 31/12/2023) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 92.466 (R\$ 231.707 em 31/12/2023).

## c) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnalva, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

## 25. RECEITAS OPERACIONAIS

## Política contábil:

**Receita de Serviços:** As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas à obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

**Receita de Construção:** A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

## Composição dos valores:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Receita de Venda</b>		
Serviços de abastecimento de água	1.910.172	1.820.692
Serviços de esgotamento sanitário	656.828	614.941
Serviços de construção (a)	433.792	494.474
	3.000.792	2.930.107
<b>Deduções da receita</b>		
COFINS e PIS	(92.051)	(87.832)
Cancelamentos	(22.553)	(19.843)
	(114.604)	(107.675)
<b>Total</b>	<b>2.886.188</b>	<b>2.822.432</b>

a) Em 31/12/2024, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 190.285 (R\$ 258.987 em 31/12/2023), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 243.507 (R\$ 235.487 em 31/12/2023) totalizando R\$ 433.792 (R\$ 494.474 em 31/12/2023).

## 27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Pessoal	(315.540)	(305.205)
Energia elétrica	(328.157)	(346.069)
Serviços de terceiros	(565.560)	(517.609)
Materiais	(37.309)	(32.981)
Produtos químicos	(151.817)	(163.525)
Depreciação e Amortização	(115.753)	(102.775)
Despesas gerais	(73.405)	(38.339)
Custo de construção	(433.792)	(494.474)
<b>Total</b>	<b>(2.021.333)</b>	<b>(2.000.977)</b>

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/12/2023, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

## 28. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, TRIBUTOS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

## a) Despesa Comercial:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Perdas por créditos não liquidados	(358.545)	(203.668)
Serviço de terceiros	(43.728)	(46.296)
Pessoal	(21.836)	(24.875)
Energia elétrica	(172)	(440)
Depreciação e amortização	(423)	(533)
Despesas gerais	(244)	(231)
Materiais	(149)	(98)
<b>Total</b>	<b>(425.097)</b>	<b>(276.141)</b>

## b) Despesa Administrativa:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Pessoal	(123.366)	(112.853)
Despesas gerais	(91.100)	(110.408)
Serviços de terceiros	(64.360)	(91.856)
Depreciação e Amortização	(8.474)	(14.185)
Energia elétrica (a)	1.402	(2.111)
Materiais	(495)	(943)
<b>Total</b>	<b>(286.393)</b>	<b>(332.356)</b>

(a) A despesa de energia elétrica no período apresentou saldo credor devido à realização de compensação de créditos oriundos de alterações do ciclo de faturamento impostas pela ANEEL em períodos anteriores, que ocasionou valores pagos maiores que o devido, e a partir da negociação com o Grupo Neoenergia, foi realizada a revisão dos valores e concretizado a compensação dos créditos existentes.

## c) Despesa Tributária:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(12.102)	(11.313)
Alvará de Funcionamento	(1.725)	(1.577)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(3.816)	(326)
Taxa outorga captação d'água	(3.171)	(2.572)
Outras Taxas e Contribuições Municipais	(34)	(42)
Taxas e Emolumentos	(188)	(814)
Outros	(46)	(13)
<b>Total</b>	<b>(21.082)</b>	<b>(16.657)</b>

## d) Outras Receitas e Despesas:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Multa impuntualidade	9.309	5.271
Receitas de alugueis	1.504	1.026
Taxa de administração de recebíveis	199	196
Outras receitas e despesas operacionais	77.020	1.961
<b>Total</b>	<b>88.032</b>	<b>8.454</b>

## 29. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Receitas</b>		
Receita financeira de clientes (a)	43.815	44.478
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	32.697	21.795
Outras receitas financeiras	3.976	1.576
Ajuste a valor presente	491	574
	<b>80.979</b>	<b>68.423</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de captação (empréstimos e financiamento)	(91.574)	(82.966)
Perda atuarial	(29.508)	(30.308)
Descontos concedidos	(10.236)	(43.176)
Demais encargos financeiros	(5.015)	(2.998)
	<b>(136.333)</b>	<b>(159.448)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(55.354)</b>	<b>(91.025)</b>

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 5.433 (R\$ 5.049 em 31/12/2023), e multa por impuntualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 38.382 (R\$ 39.429 em 31/12/2023) totalizando R\$ 43.815 (R\$ 44.478 em 31/12/2023);

(b) O saldo corresponde a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes dos saldos dos recursos captados por meio de empréstimos bancários, e recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2024, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

## 30. SEGUROS

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens. No entanto, em seus termos de contrato junto a fornecedores de obras, a Compesa prevê que estes devem realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

Adicionalmente, a Compesa possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas e cíveis.

## 31. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam colocar em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito por meio de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

## 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de março de 2025, foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) a resolução nº 289 de 26 de março de 2025. A resolução aprovou a nova estrutura tarifária da Compesa, criando a "Tarifa Social Pernambucana", estabelecida no valor fixo de R\$ 27,10, e homologa o reequilíbrio das demais tarifas em 9,98%.

Continua →

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 08 de abril de 2025, presidida pelo Conselheiro **Celso Luiz Agra de Sá**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: **1) Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2024**; por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e cancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as

posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos e encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **2) Deliberar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP**; Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 28.931.838,32 (vinte e oito milhões, novecentos e trinta e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 91.911.850,31

(noventa e um milhões, novecentos e onze mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e um centavos) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 08 de abril de 2025.

**Celso Luiz Agra de Sá** - Presidente  
**Thais Riether Vizioli** - Membro Titular  
**Igor Fontes Cadena** - Membro Titular  
**Isabella Rayanne Miguel** - Membro Titular  
**Waldenia Agny Torres de Lucena** - Membro Titular

## Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 08 de abril de 2025, presidida pelo Coordenador **Sr. Ronaldo Vieira de Queiroz**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: **I) Examinar e opinar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2024**; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e cancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos e seu encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **II) Examinar e opinar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP**, no valor de R\$ 28.931.838,32 (vinte e oito milhões, novecentos e trinta e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 91.911.850,31 (noventa e

um milhões, novecentos e onze mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e um centavos) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 08 de abril de 2025..

**Ronaldo Vieira de Queiroz**  
 Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

**Wattsa Dannyela Souza de Jesus** - Membro Efetivo  
**Sérgio Longman** - Membro Efetivo

DIRETORIA	
Diretor Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Diretor de Inovação e Eficiência	JOSÉ FERNANDO UCHÔA COSTA NETO
Diretor de Produção e Planejamento Operacional	FLÁVIO COUTINHO CAVALCANTE
Diretora Regional Metropolitana	ISABELLE DE SOUTO CRASTO
Diretor Regional Sertão	GUILHERME DUARTE FREIRE
Diretor Regional Agreste e Matas	DANIEL GENUÍNO BEZERRA
Diretora de Gestão Corporativa	ROSANE NUNES PATARRA
Diretor de Mercado e Parcerias	RICARDO ANTONIO TORRES RODRIGUES
Diretor de Empreendimentos e Sustentabilidade	DOUGLAS BALDUÍNO GUEDES DA NÓBREGA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	JOSÉ ALMIR CIRILO
Vice-Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Membros Efetivos	MARCELO CAUÁS ASFORA
	ANA LUIZA GONÇALVES FERREIRA
	HUMBERTO CORREIA LIMA JÚNIOR
	JOÃO VICTOR FALCÃO DE ANDRADE
	JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS
	JOSÉ EDSON GALDINO
	JOSÉ PEREIRA SOUSA
	RUBENS RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR
	ULISSES VALERIANO FRANCISCO DE SOUSA

CONSELHO FISCAL	
Presidente	CELSON LUIZ AGRA DE SÁ
Membros Efetivos	THAIS RIETHER VIZIOLI
	IGOR FONTES CADENA
	ISABELLA RAYANNE MIGUEL
	WALDENIA AGNY TORRES DE LUCENA
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador	RONALDO VIEIRA DE QUEIROZ
Membros Efetivos	WATTSA DANNYELA SOUZA DE JESUS
	SÉRGIO LONGMAN
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Contador	LUCIVALDO LOURENÇO DA SILVA FILHO CRC-PE 022.432/O



## Publicidade Legal - 16 de abril de 2025 - COMPESA 2025 - Balanço pdf

Código do documento 5ad22e21-4c7d-400e-8878-fec1e9b44db2



### Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 16 Apr 2025, 01:39:22

Documento 5ad22e21-4c7d-400e-8878-fec1e9b44db2 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-15T22:39:22-03:00

#### 16 Apr 2025, 01:39:41

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-15T22:39:41-03:00

#### 16 Apr 2025, 01:39:57

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.144.32.49 (179-144-32-49.user.vivozap.com.br porta: 45454). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2025-04-15T22:39:57-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):bf27dad56dc30ab0cdb538c64248a9c2998ce846683d7707c40a8acc9b025f4  
(SHA512):16e2d9a88a4ff01261e1841fbec6ebd3028b948d659e4d2b39928d6e92c71be3e9a9abebe98ee66019e97b811cb126a82e3ae881d11a551e629c6118c6acee1b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.